

Acerto de Contas

É preferível uma renegociação demorada e definitiva, envolvendo compromissos sérios dos governadores com a privatização de empresas estatais e o corte de gastos na administração a renegociações refeitas *ad aeternum*, por serem inexequíveis.

A dívida externa é bom exemplo disso: só foi equacionada quando se adotou condições suportáveis para o devedor. A dívida dos estados, a propósito, recomenda pragmatismo na renegociação, pois já foi objeto de duas renegociações frustradas nesta década.

O crescimento descontrolado do déficit orçamentário e das dívidas dos estados levou o Banco Central a limitar, em boa hora, o endividamento dos governos estaduais junto aos bancos privados. Ao deixar livre, porém, o acesso aos bancos federais, o governo ampliou o controle sobre as finanças estaduais.

Embora os movimentos pareçam contraditórios, caminham numa só direção: sincronizar o ajuste das finanças dos estados com o esforço da União para conter os gastos públicos em limites aceitáveis no mercado financeiro internacional como percentagem do Produto Interno Bruto.

O padrão fixado pela União Européia para habilitar cada um dos 15 países membros a integrar o mecanismo da moeda única em 98 admite déficit orçamentário máximo de 3% do PIB nacional. Esse padrão está sendo seguido pelos organismos multilaterais de crédito (FMI, Bird e BID), bancos estrangeiros e investidores internacionais.

O país que apresentar déficits fiscais elevados (e ainda inflação alta e déficits crescentes no balanço de pagamentos em conta corrente — a balança comercial e as contas de serviços) terá mais dificuldades de atrair capitais estrangeiros para cobrir suas necessidades de recursos nos campos fiscal e de conta corrente.

O Brasil conseguiu reduzir drasticamente a inflação e estabilizar a economia sem interromper o crescimento econômico. Mas a persistência do déficit fiscal (4,5% do PIB) e o aumento dos déficits na balança comercial acenderam a luz amarela nos painéis dos bancos e investidores que financiam o Brasil com empréstimos e investimentos diretos.

Como os juros externos subiram semana passada e a elevação dos juros internos seria contraproducente, pois abortaria a recuperação do crescimento econômico, a redução ontem do IOF, para tornar mais atrativa a entrada de capitais, foi medida pontual. Entretanto, a medida não resolve o problema central: a falta de um ajuste fiscal consistente continua a irradiar desconfiança em relação ao Brasil.

Os estados são o ponto central do desequilíbrio fiscal no Brasil. A participação do déficit dos estados no déficit total do setor público brasileiro dobrou de 94 para 95, e multiplicou por cinco este ano, chegando a quase metade de todo o déficit. A solução do problema comporta vários tipos de medidas, a começar pela renegociação do endividamento até 30 anos, como fez o Brasil com sua dívida externa.